

RELATÓRIO FINAL

Bolsa CEFAGE-UE (UE|CEFAGE|BII|2009-B), no âmbito do Programa Ciência, da
Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Estudo do caso particular das migrações entre o Continente e as Regiões Autónomas de Portugal

Bolseira: Laura Ferreira

Orientadores: António Bento Caleiro & Maria Conceição Rego

Outubro de 2010

Índice

1. Introdução	3
2. Fluxos migratórios	3
3. Revisão da literatura	4
4. Teorias micro e macro de explicação das migrações	5
5. Tipologia das migrações internas	6
6. Consequências das migrações internas	7
7. Os dados	8
8. Análise dos dados	8
9. Conclusão	11
10. Bibliografia	12

1. Introdução

Este relatório tem como objecto o trabalho desenvolvido no âmbito da bolsa de integração na investigação **CEFAGE-UE (UE|CEFAGE|BII|2009-B)**, no âmbito do Programa Ciência, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, cujo suporte financeiro gostaríamos de agradecer.

O trabalho teve como tema central o **estudo do caso particular das migrações entre o Continente e as Regiões Autónomas de Portugal**. O desenvolvimento deste estudo conduziu:

- algumas considerações sobre **os fluxos migratórios**;
- a uma **revisão da literatura sobre as migrações (internas)**;
- à apresentação das principais **teorias de explicação das migrações (internas)**;
- à apresentação da **tipologia das migrações (internas)**;
- à análise das **consequências das migrações (internas)**;
- à **recolha de dados sobre as migrações entre Portugal continental e as regiões autónomas**;
- ao **estudo das migrações entre Portugal continental e as regiões autónomas**.

O resto deste relatório reflecte precisamente aquela estrutura.

2. Fluxos migratórios

Os fluxos migratórios são caracterizados pela deslocação das populações, em geral, de regiões ou países menos favorecidos para outras regiões ou países, em geral, com um nível de vida melhor, provocando consequências ao nível da actividade económica. Esta acção implica uma deslocação física, bem como uma alteração da residência, do trabalho e dos laços sociais.

Como factores inibidores das migrações destaca-se a distância geográfica, sendo particularmente importante na explicação das migrações entre as ilhas e o continente. Como factores facilitadores das migrações destaca-se o uso da mesma língua, sendo este o caso nas migrações entre as ilhas e o continente de um mesmo país.

Os movimentos migratórios são condicionados pela proximidade, pelas afinidades culturais e linguísticas, bem como pelos códigos de conduta legais e religiosos. Assim devido a estes factores as pessoas preferem migrar primariamente entre as várias regiões de um país, nomeadamente entre o continente e as ilhas.

A compreensão da distribuição e movimentação da população entre regiões, permite desenvolver políticas para o melhor aproveitamento do espaço, bem como para a homogeneização económica e social entre as várias regiões de um país.

3. Revisão da literatura

Do ponto de vista económico, as migrações resultam de processos de decisão por parte dos agentes que os levam a deslocar-se de áreas economicamente menos atractivas para outras onde as condições económicas sejam melhores.

O modelo original de Tiebout (1956)¹ considera a situação em que as pessoas se deslocam para comunidades melhores servidas do ponto de vista do público, isto é, tendo em conta os impostos e a oferta de bens públicos associados a cada comunidade. No entanto, a generalização do seu argumento original por Oates (2006)² permite considerar outras situações em que as migrações se verificam por razões de natureza económica.

Dado que o processo de decisão de migrar envolve incerteza quanto às condições económicas no local de destino, as populações emigrantes nem sempre

¹ Tiebout, Charles (1956). A Pure Theory of Local Expenditures. *Journal of Political Economy*, 64, 416–424.

² Oates, Wallace (2006). The Many Faces of the Tiebout Model. In W. Fischel, ed., **The Tiebout Model at Fifty: Essays in Public Economics in Honor of Wallace Oates** (Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2006), pp. 28-45.

beneficiam com a migração, pois as condições encontradas podem não ser as imaginadas (Caleiro, 2005;³ Clark, 2008⁴).

4. Teorias micro e macro de explicação das migrações

As teorias micro defendem que é de acordo com a racionalidade individual que se toma a decisão de mobilidade, ou seja, após uma análise e ponderação dos custos e benefícios nos locais de origem e de destino o indivíduo vai tomar uma decisão.

Das teorias micro podemos identificar o modelo de atracção – repulsão. Assim, e como os indivíduos são racionais e pretendem maximizar as vantagens e minimizar o seu desconforto, vão ter em conta as características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino. Sendo que os factores repulsivos são normalmente de carácter económico, como o desemprego, os salários baixos, as terras improdutivas, as secas e a fome. Já os factores de atracção têm em conta melhores alternativas às acabadas de referir, e colocam em contraste, normalmente, as vantagens da vida urbana relativamente à vida rural.

Dados todos aqueles factores os indivíduos apenas migram, quando os custos deste movimento são inferiores aos benefícios esperados. Se por um lado os custos podem ser representados pelas amenidades do local de destino, pelo preço do transporte, pelas perdas psíquicas resultantes do afastamento dos familiares ou amigos, pelo custo de oportunidade envolvido no processo de mudança e pelo aumento do custo de vida, por outro lado, os benefícios podem ser representados pelo aumento da satisfação pessoal no trabalho, pelo aumento nos ganhos futuros, pelo ganho em actividades não relacionadas ao mercado e pela melhoria da qualidade de vida.

As teorias macro defendem que as decisões migratórias são influenciadas pela acção de factores do tipo colectivo ou estruturante, ou seja, é de acordo com o contexto económico, social e político, que se determinam os movimentos migratórios dos indivíduos.

³ Caleiro, António (2005). Estarão os Portugueses a 'Votar com os Pés'? Uma apreciação sobre a questão. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 9, 2.º Quadrimestre, 79-89.

⁴ Clark, William A. V. (2008). Geography, Space, and Science: Perspectives from Studies of Migration and Geographical Sorting. *Geographical Analysis*, 40, 258-275.

Das teorias macro podemos identificar a teoria do trabalho, segundo a qual a migração é causada pela diferença entre a oferta e a procura de mão-de-obra. Quer no que diz respeito ao empregador ou à mão-de-obra há uma capacidade de percepção das oportunidades e um grau de liberdade de escolha.

5. Tipologia das migrações internas

As migrações internas podem ser classificadas quanto ao espaço, duração e causas. Assim de seguida apresento um quadro – resumo com esta tipologia.

Tabela 1: Tipologia das migrações internas

Quanto ao espaço	Quanto à duração	Quanto às causas
<ul style="list-style-type: none"> • Deslocação das populações das zonas rurais para os centros urbanos; • Deslocação do interior para o litoral; • Deslocação inter-regional e intra-regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Sazonais</u>: Ocorrem em determinadas estações do ano e são motivadas pela possibilidade de encontrar trabalho; • <u>Temporárias</u>: Ocorrem durante um período determinado de tempo para execução de uma tarefa ou trabalho específico; • <u>Definitivas</u>: Implicam a mudança definitiva de residência. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Económicas</u>: Necessidade das pessoas de se deslocarem de uma região para outra no intuito de melhorarem as suas condições de vida. As migrações são também determinadas pelas causas naturais (cheias, secas, fenómenos telúricos ou vulcânicos); • <u>Sociais</u>: A atracção pelo estilo de vida na cidade é outro factor determinante. A melhoria das condições de vida e a possibilidade de mais oportunidades de sucesso atraem muitas pessoas para as grandes cidades.

6. Consequências das migrações internas

A migração é um acto de mudança para o indivíduo, com efeitos nas sociedades entre as quais se desloca. Em termos demográficos, as estruturas de idade e do sexo podem ser substancialmente alteradas, tendo como possível consequência uma distorção do equilíbrio etário e sexual no caso dum fluxo migratório singular e continuado. Para além destas alterações demográficas, as migrações podem ter impactos na vida social, cultural e económica das comunidades localizadas em cada um dos extremos do espectro migratório.

Tanto para as zonas rurais como para as zonas urbanas, as migrações internas apresentam consequências que irei destacar no seguinte quadro – resumo.

Tabela 2: Consequências das migrações internas nas zonas rurais e urbanas

Zonas rurais	Zonas urbanas
<ul style="list-style-type: none">• Envelhecimento da população;• Diminuição das taxas de natalidade;• Fuga de mão-de-obra jovem e consequente retracção da economia nessas zonas, devido à permanência de mão-de-obra idosa pouco empreendedora;• Desertificação populacional;• Desequilíbrios demográficos;• Abandono dos campos que, em alguns casos, provoca alteração das características fundiárias da região, resultantes de uma maior concentração das terras.	<ul style="list-style-type: none">• Maior oferta de mão-de-obra, com efeitos na redução dos salários;• Rejuvenescimento da população urbana que revela uma maior capacidade empreendedora;• Alteração no ordenamento do território, com o aparecimento de construção clandestina e bairros de lata;• Aumento da edificação suburbana;• Desenvolvimento desordenado dos subúrbios.

7. Os dados

Os dados correspondem às migrações internas, com um e cinco anos de desfasamento entre o local de origem e de destino, cuja fonte é o Integrated Public Use Microdata Séries (IPUMS) International. Dizem respeito ao ano de 2001, isto é, ao último censo populacional, dado ser este o único momento em que, em Portugal, se procede a recolha de dados sobre as migrações internas.

8. Análise dos dados

Numa perspectiva da saída de residentes (ou permanência na própria região) para outras regiões de Portugal, a tabela 3 mostra que a região autónoma dos Açores se caracteriza por maiores níveis relativos de migração do que a região autónoma da Madeira.

Tabela 3: Distribuição percentual da migração das ilhas para todo o território

		1 ano atrás		5 anos atrás	
Região de destino ↓	Região de origem →	Açores	Madeira	Açores	Madeira
Minho-Lima		0.01%	0.00%	0.01%	0.00%
Cávado		0.05%	0.04%	0.05%	0.04%
Ave		0.00%	0.01%	0.03%	0.02%
Grande Porto		0.09%	0.08%	0.36%	0.25%
Tâmega		0.00%	0.01%	0.03%	0.04%
Entre Douro e Vouga		0.00%	0.00%	0.00%	0.02%
Douro		0.00%	0.00%	0.03%	0.03%
Alto Trás-os-Montes		0.00%	0.00%	0.02%	0.04%
Algarve		0.07%	0.06%	0.12%	0.16%
Baixo Vouga		0.03%	0.02%	0.05%	0.09%
Baixo Mondego		0.03%	0.04%	0.09%	0.04%
Pinhal Litoral		0.02%	0.00%	0.03%	0.04%
Dão-Lafões		0.00%	0.02%	0.00%	0.03%
Oeste		0.06%	0.00%	0.08%	0.08%
Médio Tejo		0.02%	0.01%	0.04%	0.01%
Pinhal, Estrela e Beira		0.03%	0.02%	0.05%	0.05%
Grande Lisboa		0.32%	0.18%	0.75%	0.51%
Península de Setúbal		0.12%	0.04%	0.30%	0.09%
Lezíria do Tejo		0.01%	0.02%	0.02%	0.03%
Alentejo		0.02%	0.03%	0.09%	0.02%
Região Autónoma dos Açores		99.12%	0.05%	97.78%	0.06%
Região Autónoma da Madeira		0.02%	99.39%	0.09%	98.38%

É também evidente que, de um modo geral, os habitantes nas duas ilhas manifestam, *grosso modo*, as mesmas preferências em termos das regiões de destino, destacando-se a Grande Lisboa, o Grande Porto e a Lezíria do Tejo.

Numa perspectiva da entrada de residentes (ou permanência na própria região) para outras regiões de Portugal a tabela 4 mostra que, efectivamente, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira atraíram, naquele período, fracos níveis de população residentes noutros territórios, destacando-se, ainda assim, a migração da região da Grande Lisboa, sobretudo para a região autónoma da Madeira.

Tabela 4: Distribuição percentual da migração de todo o território para as ilhas

Região de destino ↓	Região de origem →	1 ano atrás		5 anos atrás	
		Açores	Madeira	Açores	Madeira
Minho-Lima		0.00%	0.00%	0.01%	0.00%
Cávado		0.00%	0.00%	0.00%	0.01%
Ave		0.00%	0.00%	0.00%	0.01%
Grande Porto		0.01%	0.01%	0.01%	0.01%
Tâmega		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Entre Douro e Vouga		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Douro		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Alto Trás-os-Montes		0.00%	0.00%	0.01%	0.01%
Algarve		0.00%	0.00%	0.01%	0.00%
Baixo Vouga		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Baixo Mondego		0.00%	0.00%	0.00%	0.01%
Pinhal Litoral		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Dão-Lafões		0.00%	0.00%	0.01%	0.00%
Oeste		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Médio Tejo		0.00%	0.00%	0.00%	0.01%
Pinhal, Estrela e Beira		0.00%	0.00%	0.01%	0.01%
Grande Lisboa		0.2%	0.2%	0.4%	0.7%
Península de Setúbal		0.00%	0.00%	0.2%	0.00%
Lezíria do Tejo		0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Alentejo		0.01%	0.00%	0.2%	0.01%
Região Autónoma dos Açores		99.3%	0.00%	98.4%	0.01%
Região Autónoma da Madeira		0.01%	99.3%	0.01%	98.4%

Em termos complementares, aquela análise dos fluxos migratórios pode ser actualizada através da investigação acerca do comportamento de algumas (outras) variáveis demográficas, tal como se indica de seguida. Esta análise tem por base os Anuários Estatísticos dos NUTS II (Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa, Norte, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) desde 2003 até 2008 publicados pelo INE.

Relativamente ao saldo natural podemos referir que este teve uma diminuição drástica de 2003 para 2008, muito provavelmente devido à melhoria das condições de vida, dado que tanto a natalidade como a mortalidade diminuíram. A melhoria das condições de saúde, nomeadamente nos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares), bem como a importância da prevenção em termos de saúde pública faz com haja uma menor mortalidade. Quanto à natalidade, o declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento.

Embora ambas as taxas tenham diminuído, a taxa bruta de natalidade diminuiu mais que a taxa bruta de mortalidade possibilitando uma diminuição do saldo natural, assim como uma diminuição da taxa de crescimento efectivo. A região de Lisboa apresenta os valores mais elevados devido à facilidade no acesso aos cuidados de saúde, o que possibilita uma natalidade elevada e uma baixa mortalidade. Quanto ao Centro e ao Alentejo, estas regiões apresentam um saldo natural negativo, pois a taxa bruta de mortalidade é superior à taxa bruta de natalidade. Isto ocorre, porque estas regiões são grandes, fazendo com que os cuidados de saúde possam não estar tão próximos das populações. Relativamente às regiões autónomas podemos ver que o saldo natural é baixo, havendo uma maior aproximação entre a natalidade e a mortalidade, sendo, no entanto, estas elevadas. Nestas regiões podemos ver casais com muitos filhos, muito provavelmente devido à falta de informação e ao enraizamento na cultura de que um casal deve ter muitos filhos. No entanto, tanto a natalidade como a mortalidade têm vindo a diminuir se calhar devido aos melhores acessos e a uma mudança na mentalidade.

Analisando a taxa de crescimento efectivo, juntamente com a taxa de crescimento natural e a taxa de crescimento migratório, podemos verificar que em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou devido aos fluxos migratórios. As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados. Esta evolução deve-se aos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma

de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determina o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem.

A evolução da natalidade e da mortalidade, bem como dos valores estimados de saldo migratório, produzem efeito não apenas na dimensão da população residente mas também na sua estrutura etária.

Relativamente às regiões autónomas a migração talvez seja mais elevada para o continente devido à semelhança na língua e na cultura. Também a taxa de crescimento migratório tem vindo a diminuir se calhar devido à crise internacional com que nos deparamos recentemente.

Nestas regiões (Açores e Madeira) e também nas regiões do interior, existe uma diminuição elevada de alunos matriculados do ensino secundário para o ensino superior, pois os jovens aproveitam para poderem ir para as regiões que lhes ofereçam mais oportunidades de vida, nomeadamente Lisboa.

9. Conclusão

Atendendo ao trabalho desenvolvido, julgamos poder afirmar que o objectivo desta bolsa de integração na investigação, i.e. o estudo do caso particular das migrações entre o continente e as regiões autónomas de Portugal, foi alcançado, tanto mais que este serviu de base a uma apresentação numa conferência, i.e.

Ferreira, Laura; Rego, Conceição; Caleiro, António (2010), "Uma análise dos fluxos migratórios entre as regiões autónomas e o continente de Portugal", 16.º Congresso da APDR, Universidade da Madeira, Funchal, Colégio dos Jesuítas, 8 a 10 Julho 2010.

tendo sido alvo de publicação em:

Ferreira, Laura; Rego, Conceição; Caleiro, António (2010), "Uma análise dos fluxos migratórios entre as regiões autónomas e o continente de Portugal", Livro de actas do 16.º Congresso da APDR, pp. 2270-2289 (ISBN: 978-989-96353-1-9).

10. Bibliografia

Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região do Norte de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região do Centro de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região de Lisboa de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008

Alarcão, Alberto de (1969). *Mobilidade Geográfica da População (Continente e Ilhas Adjacentes) – Migrações Internas 1921-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Caleiro, António (2005). Estarão os Portugueses a 'Votar com os Pés'? Uma apreciação sobre a questão. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 9, 2.º Quadrimestre, 79-89.

Clark, William A.V. (1986). *Human Migration*. Los Angeles: Sage Publications. 1986.

Clark, William A. V. (2008). Geography, Space, and Science: Perspectives from Studies of Migration and Geographical Sorting. *Geographical Analysis*, 40, 258-275.

Jackson, John A. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.

Kosinski, Leszek A. & Prothero, R. Mansell (1975). *People on the Move: Studies on internal migration*. Londres: Methuen & Co Ltd.

Magalhães, Maria da Graça (2003). Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente. *Revista de Estudos Demográficos*, 34, 61-71.

Morrison, Peter A. (1980). *Population Movements: Their forms and functions in urbanization and development*. Liege: Ordina Editions.

Oates, Wallace (2006). The Many Faces of the Tiebout Model. In W. Fischel, ed., *The Tiebout Model at Fifty: Essays in Public Economics in Honor of Wallace Oates* (Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2006), pp. 28-45.

Rees, Philip; Stillwell, John; Convey, Andrew & Kupiszewski, Marek (1996). *Population Migration in the European Union*. Chichester: John Wiley & Sons.

Tiebout, Charles (1956). A Pure Theory of Local Expenditures. *Journal of Political Economy*, 64, 416-424.

Trindade, Maria Beatriz Rocha (1993). *Recent Migration Trends in Europe*. Lisboa: Universidade Aberta, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.